

**INTOLERÂNCIA RELIGIOSA, EDUCAÇÃO E DIÁLOGO:
GEOGRAFIA ESCOLAR E OS DILEMAS DO COTIDIANO**

ROCHA, Marcos da Silva^{1*}; OLIVEIRA, Christian Dennys Monteiro de^{1}**

¹Universidade Federal do Ceará

marco.s.rocha@hotmail.com*

cdennys@gmail.com**

RESUMO

É sabendo como a intolerância religiosa consiste em uma problemática pulsante na sociedade atual e tendo conhecimento também do papel da escola frente a resolução de conflitos que o presente trabalho visa pontuar os resultados da discussão sobre a intolerância religiosa em uma escola de ensino médio. Para isso, dialogamos com textos clássicos sobre tolerância como a Carta sobre Tolerância, de Locke (2010), a Declaração de Princípios sobre a Tolerância, da Unesco (1995) e o

trabalho acerca da Teologia da Tolerância, de Debiasi (2011). Além disso, partimos também da noção de que o aluno é indivíduo religioso (ou não religioso) e vive em um bairro onde também irão existir casos de intolerância religiosa. A metodologia proposta se baseia na triangulação dos dados obtidos com questionários aplicados com os estudantes, a leitura do Projeto Político-Pedagógico da Escola e os resultados de uma atividade mediada sobre o tema.

PALAVRAS-CHAVE: Geografia. Intolerância religiosa. Educação. Ensino médio.

**RELIGIOUS INTOLERANCE, EDUCATION AND DIALOGUE:
SCHOOL GEOGRAPHY AND DAILY DILEMMAS**

ABSTRACT

It is known how religious intolerance consists of a pulsating problem in today's society and also knowing the role of the school in the resolution of conflicts that the present work aims to punctuate the results of the discussion about religious intolerance in a high school. For this we dialogue with classic texts about tolerance like the Letter on Tolerance of Locke (2010), the Declaration of Principles on Tolerance of Unesco (1995) and work on Debian, Theology

of Tolerance (2011). In addition, we also start from the notion that the student is a religious (or not religious) individual and lives in a neighborhood where there will also be cases of religious intolerance. The proposed methodology is based on the triangulation of the data obtained with questionnaires applied with the students, the reading of the School's Political-Pedagogical Project and the results of an activity mediated on the theme.

KEYWORDS: Geography. Religious intolerance. Education. High School.

**INTOLERANCIA RELIGIOSA, EDUCACIÓN Y DIÁLOGO:
GEOGRAFÍA ESCOLAR Y LOS DILEMAS DEL COTIDIANO**

RESUMEN

Es sabiendo cómo la intolerancia religiosa consiste en una problemática pulsante en la sociedad actual y teniendo conocimiento también del papel de la escuela frente a la resolución de conflictos que el presente trabajo apunta a puntuar los resultados de la discusión sobre la intolerancia religiosa en una escuela de enseñanza media. Para ello dialogamos con textos clásicos sobre tolerancia como la Carta sobre la Tolerancia, de Locke (2010), la Declaración de Principios sobre la Tolerancia, de la UNESCO (1995) y el

trabajo sobre la Teología de la Tolerancia, de Debiasi (2011). Además, partimos también de la noción de que el alumno es individuo religioso (o no religioso) y vive en un barrio donde también existirán casos de intolerancia religiosa. La metodología propuesta se basa en la triangulación de los datos obtenidos con cuestionarios aplicados con los estudiantes, la lectura del Proyecto Político-Pedagógico de la Escuela y los resultados de una actividad mediada sobre el tema.

PALABRAS CLAVE: Geografía. intolerancia Religiosa. Educación. Escuela secundaria.

1 INTRODUÇÃO

Imagine que você sentou em seu sofá e acabou de ligar a televisão disposto a se informar sobre as últimas notícias. Acomodado, naturalmente, você vai sintonizar um canal para ver um noticiário. Não é caso raro ou acontecimento isolado ver no telejornal notícias que tratam direta ou indiretamente dos conflitos armados e violentos que envolvem os mais diversos países, na América, África ou Europa. Não é mais causa de surpresa deparar-se com o temário da guerra e do terrorismo nessas regiões. Partindo do histórico conflito entre Palestina e Israel até aos mais recentes atentados do autoproclamado *Estado Islâmico* – organização extremista não reconhecida pela comunidade internacional e que vem protagonizando verdadeiros atos de horror – estão se tornando notícias corriqueiras.

Atentados no coração dos EUA em setembro de 2001, a Guerra do Iraque nos anos seguintes, em novembro de 2015 temos parisienses assassinados, terror generalizado. Encontramos ainda um cenário caótico na Síria, no Afeganistão e na Nigéria. Em muitos países aumenta, a cada dia que passa, o número de refugiados. Essas pessoas ainda encontram o continente europeu fechando as portas, ao mesmo tempo o *Boko Haram* avança por mais regiões da África ao mesmo tempo em que a Rússia comandava ofensivas aéreas contra o já citado *Estado Islâmico*.

Os exemplos acima servem para mostrar que não são escassos os acontecimentos que envolvem essa verdadeira geopolítica do terror. É importante destacar que esses acontecimentos possuem um viés religioso envolvido (direto ou indireto), mesmo que questões político-econômicas e territoriais tenham peso substancial nos acontecimentos. O desafio da tolerância perpassa também por questão de ordem étnica, socioeconômicas, genéticas, etc. Conviver com as diferenças não é tarefa fácil na sociedade atual. Existem múltiplas intolerâncias! Diante desses fatos, é impossível negar o peso de estudar o fenômeno religioso para a compreensão do mundo em sua totalidade, suas contradições e seus fluxos, pois as dificuldades de se lidar com as diferenças religiosas também se inserem nesse contexto.

O presente texto parte dos esforços de investigação tendo como lócus da pesquisa uma escola de Ensino Médio localizada na cidade de Fortaleza/CE. A Escola Estadual de Ensino Profissional (EEEP) Ícaro de Sousa Moreira foi palco de nossa investigação, que será descrita com

maiores detalhes nas seções posteriores. Cabe destacar também que, a partir de uma metodologia de base qualitativa, procuramos realizar uma triangulação dos dados obtidos com questionários aplicados com os estudantes, a leitura do Projeto Político-Pedagógico da Escola e os resultados de uma atividade mediada sobre o tema.

A intolerância religiosa consiste, *grosso modo*, em ofensivas (físicas, verbais, materiais ou psicológicas) praticadas quase como dogmas por adeptos radicais de determinadas religiões contra os de outra; em casos extremos, pode se configurar como perseguição religiosa (FELDENS, 2008). É importante ressaltar que a intolerância religiosa é considerada um crime de ódio que fere a dignidade e a liberdade do ser humano, sendo as liberdades de expressão, crença, culto e organização religiosa asseguradas pela Declaração Universal dos Direitos Humanos e pela Constituição Federal Brasileira. De acordo com Santos (2002, p. 22), a intolerância religiosa é também:

[...] a pretensão de dominação social. Ou seja, o preconceito ou a intolerância religiosa pode ser uma manifestação de poder de um grupo social sobre outro. Geralmente quando um grupo social pretende dominar a sociedade pela via religiosa, prega-se a satanização, o etnocentrismo, a intolerância em relação às outras religiões.

Não podemos negar importância da religião para o ser humano e para a sociedade. A prática religiosa é também uma prática de expressão, uma forma de se comunicar com o mundo e com outros indivíduos. Além disso, não se pode ignorar função social que muitas dessas igrejas – das mais variadas confissões – possuem, sendo que elas, muitas vezes, chegam aonde o poder público não chega; e os pastores, padres ou mães de santo tornam-se verdadeiros líderes comunitários, psicólogos, conselheiros e amigos das populações carentes. Contudo, nosso objetivo no presente artigo não é debater sobre o papel da religião na sociedade pretérita ou atual, mas sim afirmar que as práticas religiosas possuem sua relevância social como forma de expressão e pensamento para o homem. E, para tal, pretendemos mostrar como seu livre exercício corresponde a um direito a ser assegurado não só pelo Estado, mas na prática cotidiana de cada cidadão.

A escola, como instituição social, possui, entre muitos, o papel de formar cidadãos, despertar o espírito investigativo, qualificar para o mercado, etc. A Geografia Escolar é responsável por fazer com que os alunos compreendam o mundo no qual eles estão inseridos;

um mundo cada vez mais mutante, efêmero e difuso. Nele as pessoas vivem sob pressão e as novidades e obsolescências vêm e vão em um instante. Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) reforçam tal ideia afirmando que:

Tendo em vista a globalização, uma nova ordem mundial com novos conflitos e tensões, a crise dos Estados-nação, a formação de blocos econômicos, a desterritorialização de muitos grupos humanos, as questões ambientais que conferem novos significados à sociedade como um todo e em suas partes, que contribuição o conhecimento geográfico deve dar para a plena formação do educando? (BRASIL, 2000, p. 29-30).

Faz-se fundamental, no entanto, confrontar os termos de *globalização* e *mundialização*. De acordo com Sposito (2004, p. 135), a mundialização corresponde à crescente tendência de expansão capitalista e sua conseqüente tentativa de impor-se em todo o mundo. A globalização pode ser entendida como o pendor à homogeneização de usos e costumes, com a predominância de meios de comunicação que podem inibir qualquer reação ou crítica individualizada, distante da padronização imposta. Cabe destacar que o modelo de religião que se tornou hegemônico no Ocidente, o Cristianismo, corresponde a um passado expansionista, cuja principal modelagem eclesial foi autodenominada católica (universal), representando claramente padrões globalizantes e mundializantes de origem.

Na seção seguinte, fixar-nos-emos em uma discussão sobre as relações entre religião, tolerância e as diretrizes educacionais no ensino de Geografia e esboçaremos uma discussão a respeito do conceito de tolerância, debatendo inclusive sobre sua mancha semântica e apresentando como órgãos internacionais tratam o tema no contexto de paz, dialogando também com textos clássicos do filósofo iluminista John Locke e sua obra clássica *Carta sobre a tolerância*. Em seguida, trataremos de como se relacionam a temática em questão e o ensino de Geografia, buscando compreender quais foram as motivações de se inserir novas temáticas e abordagens dentro e fora da sala de aula e como a escola da atualidade poderá (ou não) estar preparada para isso. Na seção posterior do presente artigo, exporemos como a educação é condição essencial para a prática da tolerância; descrevemos também a atividade realizada na escola que foi campo para a pesquisa e os principais resultados obtidos, procurando fazer apontamentos relevantes de como tal temática pode ser trabalhada no âmbito escolar.

2 RELIGIÃO, TOLERÂNCIA E DIRETRIZES EDUCACIONAIS EM GEOGRAFIA

Diante do exposto, levantamos então alguns questionamentos indispensáveis: como o professor de Geografia pode auxiliar os alunos a compreender essa totalidade extremamente complexa e volátil? Como os fazer perceber que o espaço geográfico tão debatido em sala de aula não existe apenas no livro didático ou no discurso do professor, mas ir além e fazê-los entender que eles mesmos estão inseridos neste espaço? Como levá-los a compreender que é possível, através do debate religioso dentro da escola e no seu entorno, construir noções de respeito e tolerância religiosa? É objetivo também do artigo trazer à luz tais questões e estas que serão discutidas ao longo do texto. Contudo, estamos longe de esgotar as possibilidades de tratamento do tema, isto é, os professores de Geografia – e das áreas afins – ainda têm muito que pesquisar nesse sentido.

Os PCNs evocam Milton Santos para discutir sobre o objeto da Geografia. Desse modo, o espaço geográfico:

Definido por Milton Santos em sua vasta obra sobre o assunto, é o conjunto indissociável de sistemas de objetos (redes técnicas, prédios, ruas) e de sistemas de ações (organização do trabalho, produção, circulação, consumo de mercadorias, relações familiares e cotidianas), que procura revelar as práticas sociais dos diferentes grupos que nele produzem, lutam, sonham, vivem e fazem a vida caminhar. (BRASIL, 2000, p. 30).

O texto acima nos traz a ideia de grupos que *lutam* em um determinado espaço e este é um termo muito importante na presente discussão, pois ao falar de intolerância religiosa estamos falando de conflito, de embate, de luta que ora é ideológica, ora é física (e até armada). O documento também traz aspectos importantes no tocante aos objetivos do ensino de Geografia no campo da contextualização sociocultural. O texto afirma que a Geografia tem o papel de fazer com que os alunos possam “Identificar, analisar e avaliar o impacto das transformações naturais, sociais, econômicas, culturais e políticas no seu ‘lugar-mundo’, comparando, analisando e sintetizando a densidade das relações e transformações que tornam concreta e vivida a realidade” (BRASIL, 2000, p. 35).

É notória a importância dos PCNs como diretrizes para o ensino médio. O discurso feito ao longo do documento é feliz ao trazer questões sobre interdisciplinaridade e transdisciplinaridade, afirmando, inclusive, que o sentido em que as disciplinas escolares devem

caminhar é o do holismo, pois as tendências mais analíticas e fragmentadas não dão conta de explicar a realidade para os alunos.

Frisamos, no entanto, que o trabalho realizado com os alunos da EEEP Ícaro de Sousa Moreira localizada no bairro Bom Jardim, em Fortaleza/CE, caminhou no sentido de utilizar escalas diferenciadas de um mesmo fenômeno para trabalhar o tema da intolerância religiosa. Partimos de uma escala global até chegar à local, fazendo o caminho inverso do que é proposto pelo PCN, que enfatiza que o aluno “ao se identificar com seu lugar no mundo, ou seja, o espaço de sua vida cotidiana, o aluno pode estabelecer comparações, perceber impasses, contradições e desafios do nível local ao global” (BRASIL, 2000, p. 31). A opção pelo caminho inverso se dá, sobretudo, por questões relacionadas aos objetivos da pesquisa, que tem como pretensão não explicar os fenômenos globais de intolerância, perseguição e conflitos religiosos. Pretende sim debater, junto aos alunos, questões relativas à tolerância religiosa. E por tolerância compreendemos, numa definição preliminar, o respeito por todas as pessoas com pontos de vistas semelhantes e diferentes do nosso, mas que não vai significar o desaparecimento das diferenças e contradições.

Uma atitude tolerante pode existir em consonância com uma fé sólida. Deste modo, um dos objetivos da tolerância religiosa é a abertura ao diálogo efetivo para construção de perspectivas comuns e equivalentes entre confissões distintas ou valores interpessoais e comunitários da fé. Porém a tolerância não é compatível com atitudes como zombar da fé (ou falta dela) e de opiniões alheias ou se utilizar de violência ou ameaças. Dessa forma, “a tolerância não limita o direito de fazer propaganda, mas exige que esta seja feita com respeito a opinião dos outros” (GAARDE; HELLERN; NOTAKER, 2000, p. 15).

Em 16 de novembro de 1996, a cúpula da Unesco estava reunida e discutindo a respeito da tolerância. Na ocasião foi elaborada a *Declaração de Princípios Sobre a Tolerância*, documento que versa desde o conceito do termo até os caminhos para a paz através da construção de uma sociedade mais justa, democrática e tolerante. O texto da *Declaração* traz em seu primeiro artigo a definição de tolerância. Conforme a Unesco (1995, p. 11), podemos definir tolerância da seguinte forma:

A tolerância é o respeito, a aceitação e o apreço da riqueza e da diversidade das culturas de nosso mundo, de nossos modos de expressão e de nossas maneiras de exprimir nossa qualidade de seres humanos. É fomentada pelo conhecimento, a abertura de consciência e de crença. Não só é um dever de ordem ética; é igualmente uma necessidade política e

jurídica. A tolerância é uma virtude que torna a paz possível e contribui para substituir uma cultura de guerra por uma cultura de paz.

No tocante à Educação, o texto da *Declaração* traz questões muito relevantes para o debate, pois é penetrante ao afirmar que “A Educação é o caminho mais eficaz de prevenir a intolerância” (UNESCO, 1995, p. 13). A educação para a tolerância deve ser considerada como um imperativo prioritário. As políticas e programas de uma educação voltada para a tolerância devem contribuir para o desenvolvimento da compreensão, da solidariedade e da tolerância entre os indivíduos; entre os grupos étnicos, sociais, culturais, religiosos, linguísticos e as nações. O artigo sobre a Educação fala também da formação do docente, da melhoria dos programas de ensino, do conteúdo dos manuais e cursos e de outros tipos de material pedagógico, inclusive as novas tecnologias educacionais, objetivando formar cidadãos responsáveis e solidários e que também estejam abertos a novas culturas, capazes de apreciar o valor da liberdade, respeitadores da dignidade dos seres humanos e de suas diferenças e capazes de prevenir os conflitos ou de resolvê-los por meios que não sejam violentos (UNESCO, 1995).

No contexto teológico cristão, temos um autor que vai debater sobre o papel da sociedade política no contexto da tolerância: Debiasi (2011), que é incisivo ao afirmar que a natureza não nos fez tolerantes e que estaremos envolvidos em episódios de intolerância do começo ao final da vida. Em sua dissertação, ele aponta os elementos essenciais para uma *Teologia da Tolerância*, fazendo o diálogo entre a obra do filósofo John Locke, *Carta sobre a tolerância* (1689) e os textos sagrados. O autor irá debater a respeito da:

[...] separação entre política e religião, do direito à liberdade de consciência, de culto, da privacidade religiosa e das diferenças. Sem impor uma resposta única à conduta cristã, demonstra-se, por uma hermenêutica sistemática, que a tolerância cristã supera limites histórico-culturais e circunstâncias político-religiosas e que em Jesus Cristo é possível a melhor resposta para o *modus vivendi* cristão em tempo de sociedade plural. (DEBIASI, 2011, p. 113).

Vale ressaltar, contudo, que ao tratar de tolerância e intolerância, o debate não deve se restringir à esfera religiosa, ou seja: questões como racismo, homofobia, xenofobia e preconceito em geral também perpassam por questões relativas à tolerância. No entanto, o trabalho de Debiasi (2011) sobre a *Teologia da tolerância* tem como ponto central o trato da tolerância dentro da perspectiva religiosa, buscando uma melhor resposta da conduta cristã na superação da intolerância religiosa.

John Locke, ao escrever a *Carta*, talvez já imaginasse que suas ideias iriam contribuir demasiadamente para o futuro da humanidade e para os caminhos do religioso, pois, conforme Debiasi (2011, p. 9): “Intui-se que praticar a tolerância é reafirmar as contribuições de John Locke não se restringem à sua época do amanhecer do secularismo, contudo são imprescindíveis na sociedade contemporânea marcada por um forte espírito de intolerância”.

Locke (2010), neste caso, vai afirmar que uma das atribuições da sociedade política é assegurar os direitos naturais do indivíduo e, pelo que ele irá chamar de *lei natural* – conjunto de direitos inalienáveis que servem de regra e de elo comum na unidade de uma comunidade e de uma sociedade. Há condições de aceitação do outro e do diferente, tais considerações se dão no âmbito filosófico-político, onde a presente obra é um verdadeiro marco.

No âmbito filosófico-religioso, Locke vai enfatizar a *liberdade do indivíduo* como elemento do novo tempo: liberdade religiosa. A busca pela superação do fanatismo faz parte do seu sistema religioso, pois ele acredita que este leva à intolerância. O que Locke pretende é ultrapassar o fanatismo e atingir o uso precioso da razão, usufruindo dos benefícios da tolerância e dos direitos. A análise das ideias epistêmico-político-religiosas de Locke pode ser sintetizada no seguinte fragmento da dissertação de Debiasi (2011, p. 54):

A liberdade é o antídoto à intolerância. Sua eficácia de assertiva validade universal para todos os povos e tempos revela um caráter inequívoco de um direito de matriz internacional. Sua recepção contrapõe-se aos regimes intolerantes e constitui-se no nascedouro de um sistema internacional de proteção aos direitos humanos. Seu valor é incontroverso para o bem de toda a humanidade.

Por conseguinte, podemos concluir que a tolerância religiosa é admitir e respeitar o outro, possibilitando a convivência pacífica entre as pessoas de diferentes religiões em um mesmo espaço social, respeitando com sinceridade as convicções diversas e alheias, mesmo que estas pareçam pouco coerentes, sendo fundamental não violar as consciências de culto e de crença (SANTOS, 2002). Apesar disso, surgem questionamentos: há hoje na Educação espaço e oportunidade para se aprender, ensinar, debater e praticar a tolerância? Aliás, de que modo o professor de Geografia (e das mais diversas áreas) e os alunos podem promover esse debate de forma qualitativa dentro da escola?

É indispensável destacar que a Geografia, enquanto ciência e disciplina que estuda o espaço e os processos e agentes que o produzem, transformam e vivem neste espaço, assume

muitas vezes a função, dentro da escola, de ajudar a localizar onde se dão os acontecimentos – aonde fica isto ou aquilo, aonde ocorre aquilo ou isto – e deste modo é necessário destacar os silêncios traduzidos em padrões parciais de uma ciência que se diz humana e, na Educação Escolar, também humanista: o silêncio sobre os espaços da intolerância. Eles tornam templos católicos ou evangélicos, pelo sistema cristão hegemônico, sempre mais “centrais” que tendas, terreiros, matas ou encruzilhadas.

3 O ENSINO DE GEOGRAFIA ESTÁ PRONTO PARA TAL TEMÁTICA?

Não é raro encontramos pairando sobre (ou sobrevoando) as discussões no cerne do ensino de Geografia autores que versam sobre a necessária revolução/renovação do mesmo e as crises que motivam tais mudanças. É sabido que o ensino de Geografia passa por substanciais mudanças desde a década de 1970, contudo a globalização e a mudanças socioeconômicas constantes exigem dos professores e das escolas que os processos de ensino e aprendizagem de Geografia continuem mudando.

Moraes (2010), ao tratar do plano de fundo dessas discussões, aponta uma série de questões relevantes que embasam a presente discussão. Conforme o autor, a Geografia é uma:

[...] disciplina envolvida em profundo questionamento quanto a seu objeto e método, já a cerca de três décadas; uma disciplina que buscar se livrar de paradigmas forjados em mais de cem anos de domínio absoluto do positivismo clássico; uma disciplina que vem tentando, nos últimos anos, repensar sua prática à luz de encaminhamentos metodológicos anteriormente ignorados, como o marxismo, a fenomenologia, e mesmo o neopositivismo; uma disciplina que tem como memória incômoda uma certa ambiguidade em se aceitar como ciência natural ou social. Enfim, um quadro de crise dos postulados tradicionais e de renovação radical. (MORAES, 2010, p. 118).

Para as razões da crise ou mal-estar em que a Geografia Escolar se encontrava antes da *renovação* das décadas de 1970 e 1980, Brabant (2010) traz uma contribuição essencial à presente reflexão ao afirmar que há um bloqueio na Geografia enquanto disciplina, pois havia contradições evidentes entre discurso e práticas. A argumentação do autor elenca três pontos principais para o surgimento e desenvolvimento dessas contradições: a importância da Geografia física, o enciclopedismo e a despolitização. Vale lembrar que apesar do autor trabalhar diretamente com a realidade da Geografia Escolar francesa, podemos fazer o diálogo direto com

a Geografia Escolar brasileira, pois esta foi fortemente influenciada por aquela durante sua formação e consolidação.

Mas o que tem a Geografia física a ver com a crise na Geografia Escolar? Conforme nos aponta o autor, o peso desmedido que as descrições físicas tinham nos discursos geográficos escolares é a chave para esse primeiro ponto de argumentação. A Geografia, através da descrição das regiões, passa a ter uma função de delimitar e explicar para os alunos os locais onde se passaram os grandes eventos históricos; a Geografia se encontra subordinada à História para a construção de um patriotismo reforçado por um discurso nacionalista (BRABANT, 2010).

Ainda em consonância com Brabant (2010), podemos destacar “o lugar da geografia militar como ancestral da Geografia Escolar”. Existe uma clara defasagem ou silenciamento, como chamamos, nos discursos da Geografia Escolar que dão ênfase aos problemas confessionais dos sistemas de crenças, como a intolerância religiosa, evidenciados no espaço socioambiental.

Não será exclusividade da Geografia o caráter enciclopedista que a ciência e a disciplina escolar terão desde suas consolidações nos séculos passados. Diversas áreas do conhecimento também possuem uma série de *conhecimentos indispensáveis*. Contudo essa inflação de conhecimentos pode levar à apoplexia (BRABANT, 2010). O enciclopedismo abarrotava os alunos de informação e isso não se dá apenas em nível escolar: os professores que estão na escola, muitas vezes, são reflexos dos professores da academia onde eram formados. Quanto mais informações eram lançadas sobre os alunos, mais tediosa se torna a aula de Geografia e cada vez mais o discurso se distanciava da realidade.

Fatos como esses resultam em uma despolitização dos discursos geográficos, uma despolitização que podemos chamar de paradoxal. Afinal as motivações para tal, em sua grande maioria, possuem um caráter nacionalista, pois o argumento nacionalista é eficaz através da evidência, o autor afirma que seu grau de eficácia se mede pelo grau de despolitização, por quanto mais o discurso se torna objetivo frente à realidade. Caminha-se, então, da demonstração à descrição. Quando tratamos do viés conflitivo da intolerância religiosa, a despolitização ajuda a explicar, pois a dessacralização do discurso e prática de representações dos lugares pesa na incapacidade de negociar o convívio das coletividades com os territórios.

E como foram resolvidos tais problemas na Geografia Escolar? Aliás, uma questão precede: estes problemas na disciplina de Geografia foram resolvidos? A renovação crítica que

ocorreu na perspectiva do ensino e aprendizagem de Geografia não conseguiu romper com o *conteudismo* da Geografia tradicional. Nesse contexto, surge um novo movimento paradoxal, a Geografia é cada vez mais anunciada como a disciplina que ajudará os alunos a compreender este mundo de transformações constantes em que vivem e é ao mesmo tempo bombardeada com o desinteresse crescente nas escolas.

Straforini (2004) procura trazer uma explicação em três caminhos principais. O primeiro caminho que ele nos traz para explicar a crise que a Geografia se encontra traz à tona o contexto político educacional brasileiro com sua estrutura arbitrária e verticalizada. Todavia não devemos centrar o debate somente no mensurável, como se a crise da Geografia estivesse ligada somente à infraestrutura e às condições de trabalho docente, mesmo que o autor defenda que o professor deve assumir um posicionamento teórico-metodológico que dê rumo a sua prática. O autor vai trazer também o contexto da ditadura militar brasileira e as construções curriculares que não romperam satisfatoriamente com a lógica conteudista da Geografia Tradicional.

Tais explicações possuem vieses explicativos abusivamente pautados na questão política e econômica – como boa da Geografia crítica – e ignoram em grande parte as funções explicativas que os sistemas simbólico-culturais também possuem, ou seja, através da Geografia dos valores religiosos encontraremos um espaço geográfico mais próximo dos espaços vividos e o debate da tolerância religiosa é um triunfante aliado nesse processo.

É dentro desse cenário que se busca cada vez mais o sentido de ensinar e aprender Geografia. Justamente nessa busca de sentido é que vão surgir as necessidades de renovação do ensino, das filosofias, dos métodos, conteúdos, procedimentos e técnicas avaliativas, de atitudes, valores e saberes escolares. Desse modo, é papel do professor explorar temas antes negligenciados dentro do quadro escolar e ir além, deve-se não somente trazer novos temas para o ensino, mas ter novas abordagens das temáticas, maneiras de abordar que possam desenvolver diversas habilidades dos alunos e nos professores, pois a prática professoral muitas vezes apresenta-se de forma ordenada e racionalizada pelas instâncias técnicas e administrativas dos sistemas de ensino, e, conforme Pontuschka, Paganelli e Cacete (2009), “o professor dispõe de pouca autonomia diante das decisões sobre o que ensinar, como ensinar e como avaliar o que se ensina e o que se aprende”.

Trabalhar conteúdos *atitudinais* (ZABALA, 1998), que incluem valores e atitudes de tolerância e respeito, articulam-se, deste modo, ações formativas a fim de desenvolver o senso

crítico, valores e atitudes dos alunos. Desse modo, é dever da Geografia, dentro da escola, aliada ao corpo das ciências humanas, desempenhar um papel fundamental no tratamento desses conteúdos. A temática da intolerância religiosa é campo fértil para discutir questões relacionadas ao racismo, preconceito, violência, raízes históricas da população brasileira, convívio entre povos, pluralismo cultural, etc. No caso específico da intolerância religiosa, o êxito do processo é o próprio exercício da tolerância, a formação de verdadeiros cidadãos, no sentido amplo da palavra. Procura-se ir além dos conhecimentos banais e assim conseguir um debate que faça com que os alunos e a própria comunidade escolar respeitem e convivam *com* e *nas* diferenças.

4 DEBATENDO A (IN)TOLERÂNCIA: DO DISCURSO À ROTINA

“Vamos tentar demonstrar como a Geografia responde às exigências de um ensino que mais procura formar a mente do que entulhar cérebros” (MONBEIG apud OLIVEIRA, 2010, p. 25). Assim como as discussões das sessões anteriores, o trecho acima remete novamente a uma ideia “nova” do fazer geográfico na escola. O uso das aspas se deve ao fato de que a fala de Monbeig acima data da década de 1950 e já fazer alusão ao entulhamento exacerbado de informações.

Os resultados da pesquisa partem da análise e interpretação da triangulação de informações obtidas em três momentos distintos da pesquisa na EEEP Ícaro de Sousa Moreira: a análise do Projeto Político-Pedagógico (PPP), o questionário realizado com os estudantes e a atividade reflexiva e mediada sobre a temática em questão.

A escola que foi campo para a presente pesquisa é de tempo integral e possui o ensino médio associado ao profissionalizante, proposta que no Estado do Ceará começou no ano de 2008. Conforme a Secretaria da Educação do Estado (Seduc), essas escolas desenharam a possibilidade de “um futuro mais justo, mais equânime e com mais oportunidades para os jovens cearenses, acenando para a materialidade da experiência de um maior exercício de cidadania”.

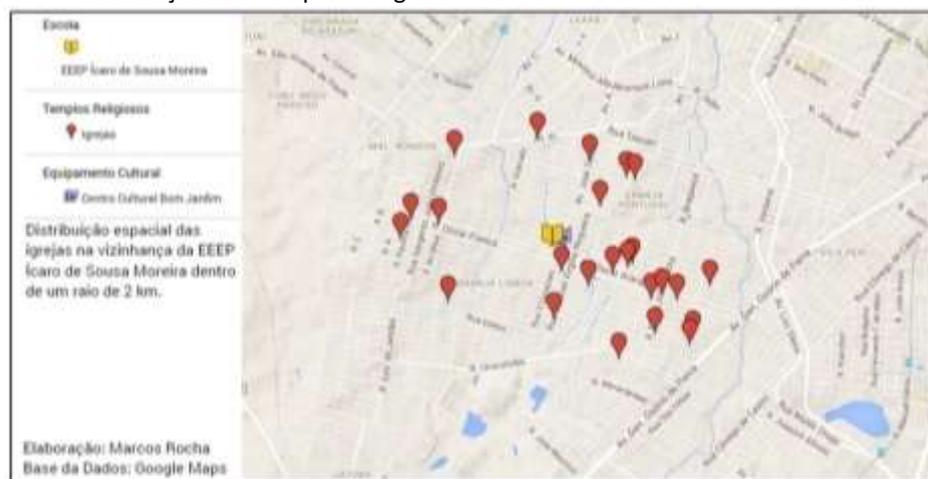
Apesar da afirmação da Secretaria de Educação do Estado, a tal proposta de *exercício de cidadania* vai aparecer de forma muito árida dentro do PPP da escola em questão. Como citado anteriormente, a escola é de ensino profissional e a leitura do PPP torna evidente que os objetivos da escola estão muito voltados para o mercado de trabalho, pois é incontável a quantidade de vezes que termos como *mercado de trabalho*, *mundo do trabalho*, *mundo produtivo*, *mundo*

profissional, empregabilidade, formação para o mercado, inserção no mercado, arranjos produtivos, etc. irão aparecer no texto do documento. Não que tais questões não sejam relevantes, dada a situação de muitos alunos da escola que têm na educação profissional a única alternativa para a melhorada situação socioeconômica pessoal familiar.

Alguns trechos do PPP fazem alusão ao exercício da cidadania, contudo sequer sugerem os caminhos para tal. Os diálogos mais presentes que se deram entre o PPP e a prática da tolerância puderam ser apreendidos no seguinte fragmento do documento: “Sabemos que o foco na educação, além de ensinar, é ajudar a integrar ensino e vida, conhecimento e ética, reflexão e ação, a ter uma visão da totalidade”. Contudo, de que modo a escola pode ajudar a integrar o ensino e a vida? A resposta para tal questionamento não é simples, no entanto deveria ser tarefa constante do docente levantar o presente questionamento e procurar respostas.

Os estudantes, em sua grande maioria, de acordo com suas respostas nos questionários, moram no mesmo bairro da escola. E como pode ser visto na imagem abaixo (Imagem 1), estão rodeados de instituições religiosas de confissões cristãs. O levantamento dos dados não localizou nenhum centro de umbanda ou candomblé, terreiro ou tenda. Mais uma vez o silenciamento a que essas religiões são submetidas se torna evidente, isto é, ao pesquisar por instituições religiosas no bairro, os resultados centram-se em instituições católicas e evangélicas que possuem seus endereços cadastrados de forma pública o que não contempla casos de localização de comunidades religiosas apenas reunidas eventualmente, como centros de oração (domésticos), terreiros ou locais para encontros litúrgicos multifuncionais.

Imagem 1 – Distribuição dos Templos Religiosos nas Proximidades da EEEP Ícaro De Sousa Moreira



Fonte: Elaboração própria (2015).

Não é raro, ao caminhar pelas ruas do bairro, deparar-se com terreiros de matriz africana ou centros espíritas – mesmo que as bases de dados oficiais não os localizem. A título de exemplo, é importante citar a Associação Espírita de Umbanda São Miguel (AEUSM), que existe no bairro e realiza importantes trabalhos sociais para a comunidade em geral – esportes, cursos, assistência jurídica, etc. No bairro existe também o Movimento de Saúde Mental Comunitária (MSMC), instituição fundada na década de 1990 por Missionários Combonianos e tem como objetivo promover atividades de “inclusão social, cidadania e resgate de valores fundamentais”, conforme a instituição. Nesse contexto, apesar do caráter social que estas instituições possuem, surgem os casos de intolerância religiosa entre os praticantes das mais diversas confissões e a atividade a seguir descrita surge em um movimento de fortalecimento da base de uma discussão sobre a ação virtuosa e básica, mas nem por isso tão praticada que é a tolerância.

A atividade proposta sobre tolerância religiosa (Quadro 1) partiu de um conhecimento prévio sobre os alunos. Conhecimento este que foi obtido através da aplicação de questionário onde a identificação dos mesmos era opcional e eles deveriam indicar a sua religião pessoal e a de seus pais. Também eram indagadas suas concepções preliminares sobre a definição de intolerância religiosa – era necessário indicar quatro palavras ou termos principais. Ao final do questionário os alunos deveriam relatar algum caso de intolerância religiosa no bairro que os mesmos tivessem conhecimento, no qual estivessem envolvidos diretamente ou não. O questionário foi aplicado com 112 alunos, divididos nos três anos do ensino médio e de cursos distintos, a saber: 1º ano do curso de Enfermagem, 2º ano do curso de Eventos e 3º ano do curso de Informática.

A grande maioria dos alunos, cerca de 90%, se declarou cristão – entre católicos e protestantes. Uma pequena parcela se declarou sem religião definida seguida dos que se declararam ateus ou agnósticos. Apenas um aluno se declarou espírita e nenhum se afirmou enquanto praticante de religiões de matrizes africanas. É importante ressaltar que nos questionários ficou evidente a correspondência direta entre a religião professada pelos pais e a do aluno, salvo exceções onde os pais são católicos e o aluno é protestante, ateu, agnóstico ou sem religião definida, e vice-versa. Em muitos casos também foi possível identificar alunos cujos pais não possuíam religião definida e eles eram de alguma religião, demonstrando que os pais podem influenciar fortemente na religião dos seus filhos, no entanto o fazer religioso também

pode ser uma escolha individual que tem motivações para além do convívio domiciliar e da influência familiar.

A respeito das concepções dos alunos sobre intolerância religiosa, quatro palavras em especial apareçam em quase todos os questionários: discriminação, desrespeito, ignorância e preconceito. A predominância dessas palavras evidencia assim as representações que os alunos possuem do assunto. Entre as religiões ou ausência destas, não houve diretamente discrepância relevante entre as palavras apresentadas. Porém, as outras palavras ou termos citados pelos alunos foram muito variados, como: falta de Deus, idiotice, hipocrisia, fanatismo, repugnância, cultura, arrogância, violência, vandalismo, blasfêmia, opressão, guerra, falta de fé, morte, exclusão, egoísmo, individualismo, dogmas, alienação, influências, etc. Expondo também diferentes pensamentos sobre um mesmo tema.

Nem todos os alunos relataram casos de intolerância religiosa, mas nos relatos existentes ficou claro que na grande maioria dos casos relatados, as vítimas do preconceito eram de religiões de matriz africana, desde agressões verbais até intimidação por parte de grupos religiosos mais hegemônicos. Os casos que envolviam diretamente os alunos geralmente se davam pelo fato destes estarem realizando algum tipo de atividade relacionada às igrejas (católicas ou evangélicas) e terem sido hostilizados por praticantes de outra religião. Como o caso da aluna que relatou que ao entregar panfletos da sua igreja católica quase foi agredida fisicamente na rua por uma pessoa de religião evangélica.

A atividade (Quadro 1) foi realizada na turma do 2º ano do curso de Eventos. A escolha por essa turma se deu pelo fato de que ela é a turma mais mista na distribuição de meninas e meninos. A atividade tinha como objetivo ir além das definições de tolerância e intolerância religiosa; objetivava trabalhar os conteúdos *atitudinais* e *valorativos* (ZABALA, 1998) que se relacionam com a formação de valores e convicções que vão além dos conteúdos referentes a conceitos, fatos e processos. São conteúdos que auxiliam os alunos a agirem no espaço e influir na sua construção de forma ética, cidadã e tolerante (CAVALCANTI, 2012). Nesse contexto é importante reiterar que o trato com o tema em questão no ensino médio vai além da mera renovação de conteúdos ou inserção de novos. Nesse sentido, Azevedo e Morais (2014) trazem uma contribuição indispensável para ao debate ao afirmarem que:

[...] a inserção do estudo das religiões no ensino de geografia não se limita a uma mera renovação ou inserção de conteúdos, mas também – e principalmente – no desenvolvimento de competências que através de determinadas habilidades específicas da disciplina, promovam o desenvolvimento integral da pessoa, valorizando atitudes em três níveis, a saber: intrapessoal, interpessoal e de inserção e atuação social. (AZEVEDO; MORAIS, 2014, p. 38).

Na primeira etapa de aplicação da atividade, com o objetivo de aproximar os estudantes do tema com a utilização do vídeo, pôde ser percebido o posicionamento dos alunos frente aos conflitos. Muitos alunos realmente “caem na gargalhada” ao verem no vídeo a inquietação dos religiosos mais fundamentalistas tentando defender suas visões arbitrárias; outros alunos apenas demonstram olhares de indignação.

Partimos dos conflitos que existem na realidade para serem os fios condutores da atividade que se propunha. As experiências dos alunos foram aproveitadas para darem prosseguimento à atividade onde foram levantados conceitos e indagações indispensáveis como expostos no quadro abaixo. Neste momento da atividade foram ouvidas as impressões sobre o vídeo, contribuições e relatos pessoais dos alunos sobre casos de intolerância religiosa que os envolvessem ou que eles tivessem conhecimento. Um fato interessante percebido é que nenhum se declarou praticante das religiões de matriz africana, porém, durante os relatos, duas meninas se sentiram à vontade o suficiente para relatar que tinham aproximação com cultos afro-brasileiros e que familiares eram praticantes dessas religiões.

O debate final para consolidação da discussão exposto no quadro a seguir ocorreu de forma significativa. Os alunos participaram da atividade em sua totalidade e a discussão ocorreu de forma calorosa em alguns momentos, isto é, a turma foi dividida em dois grandes grupos e deveriam defender pontos de vistas completamente contrários. Os alunos argumentaram contra e a favor de um caso no qual uma pessoa praticante de candomblé sofrera agressões verbais – metade dos alunos defendia a liberdade de expressão enquanto o outro advogava em favor da liberdade religiosa. As mediações necessárias foram realizadas e o debate se encerrou com a inversão dos papéis. O choque dos alunos foi tremendo, pois nesse momento eles tiveram que desconstruir toda sua argumentação e flexibilizarem-se para defender o ponto de vista que ora estavam atacando. O caso se encerrou com a elucidação do caso e a correta procedência jurídica do problema em questão. Os alunos se mostraram muito satisfeitos com a realização da atividade.

Quadro 1 – Proposta de Atividade Realizada na EEEP Ícaro de Sousa Moreira

DISCUTINDO A INTOLERÂNCIA RELIGIOSA NO ENSINO MÉDIO
ESCOLA: EEEP Ícaro de Sousa Moreira;
TURMA: 2º ano (Curso Eventos);
TEMPO DE DURAÇÃO: duas horas/aula (100 minutos).
DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE
A proposta de atividade mediada com alunos de ensino médio procurando promover um debate que caminhe no sentido de elucidar os alunos sobre temas importantes relativos à intolerância religiosa e outras questões que envolvem religiosidade. Tais como: a) liberdade de expressão e liberdade de religião; b) Estado Laico e Ateísmo de Estado; c) democracia e teocracia; d) tolerar é somente suportar?; e) a intolerância é produto da ignorância? Pretende-se ir além dos conceitos e definições e promover entre os alunos e na própria comunidade escolar o espírito da tolerância. Para tal, um dos fundamentos da atividade é fazer com que os alunos se enxerguem como parte do projeto de uma sociedade mais tolerante e o caminho para tal encontra aporte inicial nas atividades a seguir descritas.
RECURSOS A SEREM UTILIZADOS
<ul style="list-style-type: none">• Quadro branco e pincel;• Mapas sobre os movimentos migratórios africanos;• Computador e projetor de vídeo;• Vídeo de um debate sobre intolerância religiosa no Brasil.
OBJETIVOS
<ul style="list-style-type: none">• Propiciar aos alunos do ensino médio um debate de cunho qualitativo-formativo a respeito da intolerância religiosa fornecendo as bases necessárias para uma cultura de paz;• Promover nos alunos, professores e na comunidade escolar o despertar para o trabalho com a questão da tolerância, tendo em vista o pluralismo cultural que existe na sociedade.
ETAPAS DE REALIZAÇÃO
<p><i>Aproximação da temática</i></p> <ul style="list-style-type: none">• Apresentar para os alunos um vídeo do programa da Rede Globo <i>Na Moral</i> onde diversos líderes religiosos (e não religiosos) confrontam opiniões sobre o tema da intolerância religiosa;• Após a exibição do vídeo cujo objetivo é gerar reflexões iniciais e noções sobre o que trata o tema será aberto para a exposição de impressões sobre o que foi assistido. <p><i>Tratamento do tema</i></p> <ul style="list-style-type: none">• Abordagem expositiva das principais religiões brasileiras fazendo um breve histórico de cada uma delas e sua importância na formação da população brasileira;• Indagar os alunos sobre suas religiões e como eles vêem a questão da intolerância religiosa;• Expor nesse momento também os marcos legais para questões relativas ao combate à intolerância religiosa no Brasil e no mundo. Apresentam-se também nesse momento as notícias veiculadas pela mídia sobre o Dia Internacional da Tolerância (16 de novembro). <p><i>Consolidação da discussão através do debate</i></p> <ul style="list-style-type: none">• Dividir a turma dividida em duas equipes (números ímpares e pares de acordo com a chamada) e cada uma dessas equipes defenderá pontos de vistas contrários em relação a um caso de intolerância religiosa;• Expor o caso que trata de agressões verbais sofridas por uma praticante de candomblé por jovens cristãos; Na situação-problema, uma senhora praticante de candomblé estava fazendo uma oferenda em um espaço público e foi agredida verbalmente pelos jovens da outra religião;• Instruir um dos grupos a defender a Liberdade Religiosa como um direito assegurado, enquanto o outro grupo irá defender a Liberdade de Expressão como também um direito de todos;• Concluir a atividade, após o debate devidamente mediado, e apresentar a maneira correta de proceder com o caso de acordo com a Constituição Federal Brasileira e o Código Penal Brasileiro.

Fonte: Elaboração própria (2015).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não é pretensão deste artigo trazer respostas prontas que esgotem as possibilidades no tratamento do tema, mas sim nortear (ou *sulear*) o docente que busca inspiração e motivação para trabalhar uma questão tão vital como a tolerância religiosa (ou as múltiplas práticas de tolerância) em nossa conflituosa sociedade. A atividade descrita trata de um tema por muito tempo negligenciado e que hoje, mais do que nunca, merece a devida atenção, seja na escola, na academia ou na rua.

A dimensão política da religiosidade do homem é pano de fundo de muitos acontecimentos importantes na atualidade. Política e religião estão estritamente ligadas na nossa sociedade. Portanto, um tema como esse se torna indispensável para o ensino médio, visto que ele vem para descortinar muitos preconceitos existentes, pois um dos objetivos da atividade realizada é chegar juntos com os alunos à conclusão de que a intolerância é produto da ignorância, da falta de conhecimento ou de conhecimentos deturpados por parte da religião alheia. Deve-se conhecer para aceitar, entender antes de criticar e saber apreciar a maior dádiva de ser viver em uma democracia: conviver com e nas diferenças.

A pesquisa realizada na EEEP Ícaro de Sousa Moreira trouxe resposta e questionamentos necessários à prática social da tolerância, demonstrando principalmente que tolerar é bem mais do que apenas suportar o diferente: a tolerância religiosa é saber apreciar a diversas formas de cultuar as divindades e as ausências de crenças e valorizar o fazer social das instituições religiosas em um bairro tão marcado pela religião.

Alunos, professores e gestores – religiosos ou não – devem compreender que a intolerância religiosa é apenas mais um dos muitos empecilhos à cultura de paz na nossa sociedade, pois existem múltiplas intolerâncias no convívio social e a escola é e deve continuar sendo o palco para esses debates e ações que provoquem reflexões necessárias e práticas indispensáveis para um convívio social que não seja marcado pela agressão e pela a violência, onde a banalização do mal não tenha espaço.

Desse modo, torna-se evidente que nossa tarefa, como professores, é trazer temas antes não discutidos para a sala de aula como religião, sexualidade, política, corrupção no Estado, o papel da mulher na sociedade e o machismo, levantes e movimentos sociais, legalização e

proibição do uso e porte de drogas, entre muitos outros, pois, no projeto global de uma sociedade mais justa, o professor deverá ter uma postura crítica, reflexiva, autônoma e dialogável que desmonte senso comum e possa firmar um compromisso na Educação e perante a sociedade que, assim como muitos outros temas, religião se discute, sim.

6 REFERÊNCIAS

- AZEVEDO, D. A.; MORAIS, M. A. *Ensino de Geografia: novos temas para a Geografia Escolar*. Rio de Janeiro: Consequência, 2014.
- BRABANT, J.-M. Crise da Geografia, crise da escola. In: OLIVEIRA, A. U. (Org.). *Para onde vai o ensino de Geografia?* 9. ed. São Paulo: Contexto, 2010. p. 24-29.
- BRASIL. Constituição de 1988. Constituição da República Federativa do Brasil. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Poder Executivo, Brasília, DF, 5 out. 1988.
- BRASIL. Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940. Institui o Código Penal. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Rio de Janeiro, 31 dez. 1940.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. *Parâmetros Curriculares Nacionais (Ensino Médio)*. Brasília, DF: MEC, 2000.
- CAVALCANTI, L. S. *O ensino de Geografia na escola*. Campinas: Papyrus, 2012.
- DEBIASI, M. *Teologia da tolerância: um modus vivendi cristão*. Porto Alegre: PUCRS, 2011.
- FELDENS, P. F. *Preconceito religioso: um desafio à liberdade religiosa, inclusive expressiva*. *Justiça & História*, Porto Alegre, v. 6, p. 101-127, 2008.
- GAARDE, J.; HELLERN, V.; NOTAKER, H. *O livro das religiões*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- LOCKE, J. *Carta sobre a tolerância*. São Paulo: Hedra, 2010.
- MORAES, A. C. R. Renovação da Geografia e filosofia da educação. In: OLIVEIRA, A. U. (Org.). *Para onde vai o ensino de Geografia?* 9. ed. São Paulo: Contexto, 2010. p. 118-124.
- OLIVEIRA, C. D. M. *Sentidos da Geografia Escolar*. 2. ed. Fortaleza: UFC, 2010.
- PONTUSCHKA, N. N.; PAGANELLI, T. I.; CACETE, N. H. *Para ensinar e aprender*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

SANTOS, A. P. Introdução à Geografia das religiões. *GEOUSP: Espaço e Tempo*, São Paulo, n. 11, p. 21-33, 2002.

SEDUC. Governo do Estado do Ceará. *Escolas Estaduais de Educação Profissional no Ceará*. Disponível em: <<https://goo.gl/bj57ey>>. Acesso em: 7 nov. 2015.

SPOSITO, E. S. *Geografia e Filosofia: contribuição para o ensino do pensamento geográfico*. São Paulo: Unesp, 2004.

STRAFORINI, R. *Ensinar Geografia: o desafio da totalidade-mundo nas séries iniciais*. São Paulo: Annablume, 2004.

UNESCO. *Declaração de princípios sobre a tolerância*. Paris: Unesco, 1995.

ZABALA, A. *A prática educativa: como ensinar*. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1998.

Recebido em 26 de julho de 2017.

Aceito em 8 de fevereiro de 2018.